

ORGANIZADOR
ALEXANDRE DE MORAES

2023

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DE 5 DE OUTUBRO DE 1988

54^a
edição



atlas

- O Grupo Editorial Nacional | Editora Atlas empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.01.2023
- A Equipe e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C775

Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988 / organização Alexandre de Moraes. – 54. – [2. Reimp.] – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5977-460-9

1. Brasil. [Constituição (1988)]. 2. Direito constitucional – Brasil. I. Moraes, Alexandre de. II. Série.



22-81798

CDU: 342(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil.....	XV
Constituição da República Federativa do Brasil	1
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	216
Emendas Constitucionais.....	274
EMENDA CONSTITUCIONAL 2, DE 25 DE AGOSTO DE 1992 – Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	274
EMENDA CONSTITUCIONAL 3, DE 17 DE MARÇO DE 1993 – Altera dispositivos da Constituição Federal.	274
EMENDA CONSTITUCIONAL 8, DE 15 DE AGOSTO DE 1995 – Altera o inciso XI e a alínea “a” do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal	275
EMENDA CONSTITUCIONAL 9, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1995 – Dá nova redação ao art. 177 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos.....	275
EMENDA CONSTITUCIONAL 17, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1997 – Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão 1, de 1994.....	275
EMENDA CONSTITUCIONAL 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998 – Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.....	276
EMENDA CONSTITUCIONAL 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998 – Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências	278
EMENDA CONSTITUCIONAL 24, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1999 – Altera dispositivos da Constituição Federal pertinentes à representação classista na Justiça do Trabalho.....	281
EMENDA CONSTITUCIONAL 32, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 – Altera dispositivos dos arts. 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição Federal, e dá outras providências....	281
EMENDA CONSTITUCIONAL 33, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2001 – Altera os arts. 149, 155 e 177 da Constituição Federal.....	281
EMENDA CONSTITUCIONAL 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 – Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3º do art. 142 da	

Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências	282
EMENDA CONSTITUCIONAL 42, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003 – Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.....	284
EMENDA CONSTITUCIONAL 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004 – Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.....	285
EMENDA CONSTITUCIONAL 47, DE 5 DE JULHO DE 2005 – Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências	286
EMENDA CONSTITUCIONAL 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006 – Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.....	287
EMENDA CONSTITUCIONAL 53, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	287
EMENDA CONSTITUCIONAL 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 – Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao <i>caput</i> do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI.....	287
EMENDA CONSTITUCIONAL 62, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009 – Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios	288
EMENDA CONSTITUCIONAL 67, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010 – Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	289
EMENDA CONSTITUCIONAL 69, DE 29 DE MARÇO DE 2012 – Altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.....	289
EMENDA CONSTITUCIONAL 70, DE 29 DE MARÇO DE 2012 – Acrescenta art. 6º-A à Emenda Constitucional 41, de 2003, para estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até a data da publicação daquela Emenda Constitucional.....	289
EMENDA CONSTITUCIONAL 78, DE 14 DE MAIO DE 2014 – Acrescenta art. 54-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre indenização devida aos seringueiros de que trata o art. 54 desse Ato.....	290
EMENDA CONSTITUCIONAL 79, DE 27 DE MAIO DE 2014 – Altera o art. 31 da Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da Administração Federal, de servidores e policiais militares admitidos pelos Estados do Amapá e de Roraima, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências	290

EMENDA CONSTITUCIONAL 86, DE 17 DE MARÇO DE 2015 – Altera os arts. 165, 166 e 198 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.....	291
EMENDA CONSTITUCIONAL 91, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016 – Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato	292
EMENDA CONSTITUCIONAL 97, DE 4 OUTUBRO DE 2017 – Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição	292
EMENDA CONSTITUCIONAL 98, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017 – Altera o art. 31 da Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998, para prever a inclusão, em quadro em extinção da administração pública federal, de servidor público, de integrante da carreira de policial, civil ou militar, e de pessoa que haja mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios ou dos Estados do Amapá ou de Roraima, inclusive suas prefeituras, na fase de instalação dessas unidades federadas, e dá outras providências	293
EMENDA CONSTITUCIONAL 100, DE 26 DE JUNHO DE 2019 – Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal....	294
EMENDA CONSTITUCIONAL 102, DE 26 DE SETEMBRO DE 2019 – Dá nova redação ao art. 20 da Constituição Federal e altera o art. 165 da Constituição Federal e o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	294
EMENDA CONSTITUCIONAL 103, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2019 – Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias	295
EMENDA CONSTITUCIONAL 104, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2019 – Altera o inciso XIV do <i>caput</i> do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal, para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital	306
EMENDA CONSTITUCIONAL 105, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019 – Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual...	307
EMENDA CONSTITUCIONAL 106, DE 7 DE MAIO DE 2020 – Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia.....	307
EMENDA CONSTITUCIONAL 107, DE 2 DE JULHO DE 2020 – Adia, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos...	309
EMENDA CONSTITUCIONAL 108, DE 26 DE AGOSTO DE 2020 – Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências.....	311
EMENDA CONSTITUCIONAL 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021 – Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Dis-	

posições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19	311
EMENDA CONSTITUCIONAL 110, DE 12 DE JULHO DE 2021 – Acrescenta o art. 18-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a convalidação de atos administrativos praticados no Estado do Tocantins entre 1º de janeiro de 1989 e 31 de dezembro de 1994.....	313
EMENDA CONSTITUCIONAL 111, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021 – Altera a Constituição Federal para disciplinar a realização de consultas populares concomitantes às eleições municipais, dispor sobre o instituto da fidelidade partidária, alterar a data de posse de Governadores e do Presidente da República e estabelecer regras transitórias para distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e para o funcionamento dos partidos políticos	313
EMENDA CONSTITUCIONAL 112, DE 27 DE OUTUBRO DE 2021 – Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios	314
EMENDA CONSTITUCIONAL 113, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021 – Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.....	314
EMENDA CONSTITUCIONAL 114, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021 – Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.....	315
EMENDA CONSTITUCIONAL 115, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022 – Altera a Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos e garantias fundamentais e para fixar a competência privativa da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais	316
EMENDA CONSTITUCIONAL 116, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2022 – Acrescenta § 1º-A ao art. 156 da Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel	317
EMENDA CONSTITUCIONAL 117, DE 5 DE ABRIL DE 2022 – Altera o art. 17 da Constituição Federal para impor aos partidos políticos a aplicação de recursos do fundo partidário na promoção e difusão da participação política das mulheres, bem como a aplicação de recursos desse fundo e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e a divisão do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão no percentual mínimo de 30% (trinta por cento) para candidaturas femininas.....	317
EMENDA CONSTITUCIONAL 118, DE 26 DE ABRIL DE 2022 – Dá nova redação às alíneas "b" e "c" do inciso XXIII do <i>caput</i> do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para pesquisa e uso médicos...	318
EMENDA CONSTITUCIONAL 119, DE 27 DE ABRIL DE 2022 – Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para determinar a impossibilidade de responsabili-	

zação dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos agentes públicos desses entes federados pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do disposto no <i>caput</i> do art. 212 da Constituição Federal; e dá outras providências	318
EMENDA CONSTITUCIONAL 120, DE 5 DE MAIO DE 2022 – Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.....	318
EMENDA CONSTITUCIONAL 121, DE 10 DE MAIO DE 2022 – Altera o inciso IV do § 2º do art. 4º da Emenda Constitucional 109, de 15 de março de 2021	319
EMENDA CONSTITUCIONAL 122, DE 17 DE MAIO DE 2022 – Altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.....	319
EMENDA CONSTITUCIONAL 123, DE 14 DE JULHO DE 2022 – Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.....	319
EMENDA CONSTITUCIONAL 124, DE 14 DE JULHO DE 2022 – Institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira.....	323
EMENDA CONSTITUCIONAL 125, DE 14 DE JULHO DE 2022 – Altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.....	323
EMENDA CONSTITUCIONAL 126, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera a Constituição Federal, para dispor sobre as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir despesas dos limites previstos no art. 107; define regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023; e dá outras providências.....	323
EMENDA CONSTITUCIONAL 127, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 – Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer que compete à União prestar assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e às entidades filantrópicas, para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; altera a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, para estabelecer o superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo como fonte de recursos para o cumprimento dos pisos salariais profissionais nacionais	

para o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o auxiliar de enfermagem e a parteira; e dá outras providências	324
EMENDA CONSTITUCIONAL 128, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022 – Acrescenta § 7º ao art. 167 da Constituição Federal, para proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios	325
Legislação Complementar	326
DECRETO-LEI 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 – Código de Processo Penal*	326
LEI 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965 – Regula a ação popular.....	329
LEI 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990 – Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.....	333
LEI 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997 – Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do <i>habeas data</i>	337
LEI 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.....	339
LEI 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999 – Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal	345
LEI 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006 – Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.....	349
LEI 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.....	351
DECRETO 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.....	355
LEI 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências	374
DECRETO 9.522, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018 – Promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013	376
DECRETO 10.932, DE 10 DE JANEIRO DE 2022 – Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de 2013.....	383
Súmulas	390
Índice Alfabético-Remissivo Unificado	427

* Conteúdo parcial.

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Publicado no *Diário Oficial da União* nº 191-A, de 5 de outubro de 1988

Preâmbulo.....	1
TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (Arts. 1º a 4º)	3
TÍTULO II – DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (Arts. 5º a 17).....	6
Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).....	6
Capítulo II – Dos Direitos Sociais (Arts. 6º a 11)	17
Capítulo III – Da Nacionalidade (Arts. 12 e 13)	22
Capítulo IV – Dos Direitos Políticos (Arts. 14 a 16)	24
Capítulo V – Dos Partidos Políticos (Art. 17).....	26
TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO (Arts. 18 a 43)	28
Capítulo I – Da Organização Político-Administrativa (Arts. 18 e 19)	28
Capítulo II – Da União (Arts. 20 a 24)	29
Capítulo III – Dos Estados Federados (Arts. 25 a 28)	38
Capítulo IV – Dos Municípios (Arts. 29 a 31)	39
Capítulo V – Do Distrito Federal e dos Territórios (Arts. 32 e 33)	45
Seção I – Do Distrito Federal (Art. 32).....	45
Seção II – Dos Territórios (Art. 33)	45
Capítulo VI – Da Intervenção (Arts. 34 a 36).....	46
Capítulo VII – Da Administração Pública (Arts. 37 a 43)	48
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 37 e 38).....	48
Seção II – Dos Servidores Públicos (Arts. 39 a 41)	55
Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (Art. 42) ...	62
Seção IV – Das Regiões (Art. 43)	63
TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (Arts. 44 a 135)	65
Capítulo I – Do Poder Legislativo (Arts. 44 a 75).....	65
Seção I – Do Congresso Nacional (Arts. 44 a 47)	65

Seção II – Das Atribuições do Congresso Nacional (Arts. 48 a 50)	66
Seção III – Da Câmara dos Deputados (Art. 51).....	68
Seção IV – Do Senado Federal (Art. 52).....	69
Seção V – Dos Deputados e dos Senadores (Arts. 53 a 56).....	70
Seção VI – Das Reuniões (Art. 57).....	73
Seção VII – Das Comissões (Art. 58).....	75
Seção VIII – Do Processo Legislativo (Arts. 59 a 69)	75
Subseção I – Disposição Geral (Art. 59).....	75
Subseção II – Da Emenda à Constituição (Art. 60)	76
Subseção III – Das Leis (Arts. 61 a 69).....	76
Seção IX – Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (Arts. 70 a 75).....	80
Capítulo II – Do Poder Executivo (Arts. 76 a 91).....	84
Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República (Arts. 76 a 83).....	84
Seção II – Das Atribuições do Presidente da República (Art. 84)	85
Seção III – Da Responsabilidade do Presidente da República (Arts. 85 e 86).....	87
Seção IV – Dos Ministros de Estado (Arts. 87 e 88)	88
Seção V – Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional (Arts. 89 a 91)...	88
Subseção I – Do Conselho da República (Arts. 89 e 90).....	88
Subseção II – Do Conselho de Defesa Nacional (Art. 91).....	89
Capítulo III – Do Poder Judiciário (Arts. 92 a 126)	90
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 92 a 100)	90
Seção II – Do Supremo Tribunal Federal (Arts. 101 a 103-B)	101
Seção III – Do Superior Tribunal de Justiça (Arts. 104 e 105).....	107
Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais (Arts. 106 a 110)...	109
Seção V – Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho (Arts. 111 a 117).....	112
Seção VI – Dos Tribunais e Juízes Eleitorais (Arts. 118 a 121)	116
Seção VII – Dos Tribunais e Juízes Militares (Arts. 122 a 124).....	117
Seção VIII – Dos Tribunais e Juízes dos Estados (Arts. 125 e 126).....	118
Capítulo IV – Das Funções Essenciais à Justiça (Arts. 127 a 135)	119
Seção I – Do Ministério Público (Arts. 127 a 130-A).....	119
Seção II – Da Advocacia Pública (Arts. 131 e 132).....	124
Seção III – Da Advocacia (Art. 133)	125
Seção IV – Da Defensoria Pública (Arts. 134 e 135)	125
TÍTULO V – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS (Arts. 136 a 144) ...	127
Capítulo I – Do Estado de Defesa e do Estado de Sítio (Arts. 136 a 141).....	127
Seção I – Do Estado de Defesa (Art. 136).....	127
Seção II – Do Estado de Sítio (Arts. 137 a 139)	128
Seção III – Disposições Gerais (Arts. 140 e 141)	129
Capítulo II – Das Forças Armadas (Arts. 142 e 143).....	129

Capítulo III – Da Segurança Pública (Art. 144).....	131
TÍTULO VI – DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO (Arts. 145 a 169)	134
Capítulo I – Do Sistema Tributário Nacional (Arts. 145 a 162)	134
Seção I – Dos Princípios Gerais (Arts. 145 a 149-A)	134
Seção II – Das Limitações do Poder de Tributar (Arts. 150 a 152)	137
Seção III – Dos Impostos da União (Arts. 153 e 154)	139
Seção IV – Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal (Art. 155)	141
Seção V – Dos Impostos dos Municípios (Art. 156).....	145
Seção VI – Da Repartição das Receitas Tributárias (Arts. 157 a 162).....	146
Capítulo II – Das Finanças Públicas (Arts. 163 a 169)	150
Seção I – Normas Gerais (Arts. 163 e 164).....	150
Seção II – Dos Orçamentos (Arts. 165 a 169).....	152
TÍTULO VII – DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA (Arts. 170 a 192)	166
Capítulo I – Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica (Arts. 170 a 181)	166
Capítulo II – Da Política Urbana (Arts. 182 e 183).....	172
Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Arts. 184 a 191).....	173
Capítulo IV – Do Sistema Financeiro Nacional (Art. 192).....	175
TÍTULO VIII – DA ORDEM SOCIAL (Arts. 193 a 232)	176
Capítulo I – Disposição Geral (Art. 193)	176
Capítulo II – Da Seguridade Social (Arts. 194 a 204)	176
Seção I – Disposições Gerais (Arts. 194 e 195).....	176
Seção II – Da Saúde (Arts. 196 a 200)	179
Seção III – Da Previdência Social (Arts. 201 e 202).....	183
Seção IV – Da Assistência Social (Arts. 203 e 204).....	188
Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto (Arts. 205 a 217)	189
Seção I – Da Educação (Arts. 205 a 214)	189
Seção II – Da Cultura (Arts. 215 a 216-A)	197
Seção III – Do Desporto (Art. 217)	199
Capítulo IV – Da Ciência, Tecnologia e Inovação (Arts. 218 a 219-B)	200
Capítulo V – Da Comunicação Social (Arts. 220 a 224).....	202
Capítulo VI – Do Meio Ambiente (Art. 225)	204
Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso (Arts. 226 a 230).....	206
Capítulo VIII – Dos Índios (Arts. 231 e 232).....	209
TÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (Arts. 233 a 250).....	211
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Arts. 1º a 122)	216